



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
2 UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
3 REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019
4

5 Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, nesta cidade de São
6 Paulo, à Rua Sena Madureira, 1500, no Anfiteatro da Reitoria - Piso Térreo reuniram-
7 se os membros do Conselho Universitário (Consu) da UNIFESP, sob a presidência de
8 Soraya Soubhi Smaili. Estiveram presentes: Alice Mogadouro Duarte, Álvaro Nagib
9 Atallah, Anderson da Silva Rosa, Angelo Amato Vincenzo de Paola, Carla Cristina
10 Marquezi, Catarina Segreti Porto, Cecília Fernandes, Clinton Auto do Espírito Santo,
11 Dulce Aparecida Barbosa, Eliane de Souza Cruz, Elson Luiz Mattos Tavares da Silva,
12 Fernanda Souza Lopes de Camargo, Flaminio de Oliveira Rangel, Fulvio Alexandre
13 Scorza, Gabrielle Cabral Fernandes, Gustavo Fernandes Camargo Fonseca, Henrique
14 Crepaldi, Henrique Nelson Calandra, Horacio Hideki Yanasse, Ieda Aparecida
15 Carneiro, Ieda Maria Longo Maugeri, Igor Dias Medeiros, Isabel Marian Hartmann de
16 Quadros, Jane Zveiter de Moraes, Janes Jorge, Janine Schirmer, Juliana Mateusa Meira
17 Cruz, Lia Rita Azeredo Bittencourt, Luciana Chagas Caperuto, Luciana Massaro
18 Onusic, Luiz Leduínio de Salles Neto, Magali Aparecida Silvestre, Marcelo Augusto
19 Moraes Leonardeli, Maria Teresa R. L. Landman, Murched Omar Taha, Nelson Sass,
20 Nicole Correia Duarte, Odair Aguiar Junior, Paulo Bandiera Paiva, Pedro Fiori Arantes,
21 Raiane Patricia Severino Assumpcao, Rimarcs Gomes Ferreira, Rita Jover-Faleiros,
22 Rosana Fiorini Puccini, Sinara Aparecida Farago de Melo, Soraya Soubhi Smaili, Tania
23 Mara Francisco, Virgínia Junqueira, Yara Maria Correia da Silva Michelacci e Zysman
24 Neiman. Justificaram ausência: Ana Luisa Hofling Lima Farah, Andreia Regina de
25 Oliveira Camargo, Claudia Maria Franca Mazzei Nogueira, Djalma José Fagundes,
26 Edmur Machado Silva, Fábio Cardoso Cruz, Marco Antonio Duraes Macedo, Sylvia
27 Duarte Dantas. Não justificaram ausência: Não justificaram ausência: Alexandre de
28 Oliveira Torres Carrasco, André Roberto de Arruda Machado, Caden Souccar, Cicero
29 Inácio da Silva, Clelia Rejane Antonio, Clovis Ryuichi Nakaie, Daniel Cara, Gabriel
30 Amaral Zenardi, hugo Pequeno Monteiro, Isabela Mendes Leal, Jose Carlos Costa
31 Baptista da Silva, Jose Osmar Medina de Abreu Pestana, Leonardo Martins Silva,
32 Leonardo Pontes Vinho, Luciana Ferreira da Silva, Luiz Roberto Ramos, Maria Cecília
33 Martinelli, Maria do Socorro Limeira da Silva, Renata Cristina Gonçalves dos Santos,
34 Rodrigo Medina Zagni, Ronaldo Adriano Christofolletti, Valéria Petri, Veridiana Vera de





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



35 Rosso. Participaram da reunião como convidados: Fernando Sfair Kinker, Georgia
36 Mansour, Giovanna Bonilha Milano, Julio Cesar Zorzenon Costa, Larissa Beltramim,
37 Ligia Ajaimé Azzalis, Norberto Silva Lobo. Tendo sido assinada a folha de frequência,
38 foi constatado quórum com 56 presentes. **ORDEM DO DIA: Pauta Única -**
39 **Orçamento Unifesp 2019 - Aprovação de diretrizes gerais** - A Presidente
40 recordou as tratativas referentes ao orçamento iniciadas em setembro que tinham por
41 objetivo apreciar as linhas gerais para encerramento do exercício 2019 diante da
42 condição de contingenciamento naquele momento. Isto posto, explicou que - com o
43 intuito de tomar providências seguras e condizentes com o cenário orçamentário atual,
44 de forma a minimizar os impactos para o exercício 2020 - a Reitoria e as Diretorias dos
45 campi, têm se esforçado intensamente, buscando recursos e trabalhando para o
46 desbloqueio de verbas. Citou iniciativas como as audiências públicas que foram
47 organizadas para esclarecimentos a respeito da situação orçamentária, as quais
48 contaram com bom público; a articulação junto aos meios de comunicação para
49 despertar o interesse da sociedade para as atividades desenvolvidas pela instituição; e,
50 a necessidade de mobilização da comunidade em defesa da universidade pública.
51 Lembrou que o Consu tinha elaborado moções em defesa da CAPES, da autonomia
52 universitária e do orçamento público e do pagamento das bolsas de auxílio. Afirmou
53 estar sendo feito levantamento das perdas para direcionar esforços no sentido de
54 revertê-las. Completou dizendo que os(as) gestores(as) têm feito análise bastante
55 conservadora dessa situação e que, considerando os prejuízos já acumulados, o
56 objetivo é encerrar o exercício com o mínimo de danos e com o menor déficit possível
57 para o ano seguinte. Não havendo manifestações sobre tal introdução, a Presidente
58 passou a palavra para a Pró-Reitora de Administração para apresentação da proposta
59 com diretrizes e medidas que confirmam segurança jurídica para o encerramento do
60 exercício 2019, o que chamou de exercício interno para a continuidade das atividades
61 da instituição. A Sra. Tania corroborou a fala introdutória da Presidente, detalhando os
62 percentuais de bloqueio e liberação, assim como os cortes das bolsas de auxílio,
63 eventuais prejuízos e consequências, enquanto era projetada a moção elaborada pelo
64 Conselho Universitário em 07 agosto de 2019 externando sua preocupação com o
65 cenário orçamentário. Então, ela apresentou documento - com o objetivo estabelecer
66 critérios e diretrizes para a execução do orçamento em diferentes cenários possíveis
67 de liberação de limite e desbloqueio - que era projetado simultaneamente.
68 Demonstrou através de *slides* o gráfico da movimentação de empenhos e a projeção





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



69 cenários com liberação de 70%, 80% e 90%. Explicou a diferença entre déficit de caixa
70 (referente à data de vencimento da nota fiscal) e déficit de competência (referente à
71 data de execução). Afirmou que as expectativas são incertas e, sobre a hipotética
72 liberação de 100%, disse não haver garantias de que ocorra, mas, se acontecer,
73 significará recursos superiores ao que a instituição necessita dentro do exercício 2019.
74 Ela ofereceu dados, mostrando gráfico com despesas empenhadas, crédito disponível,
75 valor bloqueado/crédito indisponível e limite a ser utilizado. Detalhou as notas de
76 lançamento 2019 e, também, demonstrou o gráfico do exercício 2018 para
77 comparação. Discorreu sobre critérios, despesas essenciais, atividades finalísticas
78 (priorizadas em comum e por campus), legislação, diretrizes e disposições gerais que
79 compuseram o documento resultante de longa e profunda discussão, que procurou
80 considerar as especificidades de cada campus. Apontou como o documento elenca as
81 despesas básicas: energia, água/esgoto, limpeza, vigia/portaria/segurança,
82 internet/telefonia, manutenção predial/cabine primária/geradores, gás e ar
83 condicionado (essencial para centros de processamento de dados e biotérios).
84 Mencionou as demais despesas: insumos para aulas práticas, manutenção de
85 equipamentos, transporte para atividades didáticas (estudo de campo, por exemplo),
86 base de dados, locação de projetores, e bases bibliográficas que servem a todos.
87 Também comentou as demandas mais comuns e, por último, as despesas de cada
88 campus em seu relevante contexto. Falou das despesas obrigatórias por lei, taxas,
89 limpeza de caixa d'água, controle de pragas, condomínios. Explicou item a item do
90 texto e afirmou já estarem sendo executadas ações que visam a economia e
91 administração consciente, mas, estas estão reforçadas nas disposições gerais: a
92 observação dos créditos e limites orçamentários adequando-os às vigências
93 contratuais e as boas práticas gestão de contratos, serviços e recursos. Encerrou
94 dizendo que o funcionamento do serviço público sem empenho significa risco para os
95 gestores, que podem ser responsabilizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A
96 Presidente abriu as inscrições e o conselheiro, Sr. Clinton, sugeriu que os objetivos do
97 documento constassem do preâmbulo e que as despesas obrigatórias fossem
98 apontadas logo no primeiro item, além de algumas observações ortográficas. Então,
99 seguiram-se manifestações de preocupação com a emissão de documento que pudesse
100 passar a mensagem equivocada de a instituição estar assimilando os efeitos dos cortes
101 que vêm sofrendo, como também, sugestões de mobilização para enfrentamento
102 desses acometimentos, ao que a Presidente, compartilhando as mesmas inquietações,





103 explicou ter sido convencida a pautar tais diretrizes por conta da situação extremada.
104 Garantiu ser apenas um exercício interno de racionamento dos recursos e que a
105 instituição continuaria a fazer todo o necessário para manter as portas abertas e
106 funcionando adequadamente: encerrar o exercício de forma juridicamente segura e
107 batalhar por mais recursos. A Sra. Tania explicou que, de acordo com a legislação, não
108 pode haver qualquer despesa sem prévio empenho. E, estando a instituição desprovida
109 de empenho e ainda gerando despesas decorrentes do seu funcionamento, isso poderia
110 implicar em inconformidade na análise do TCU. Portanto, o documento visava dar
111 apoio e segurança as decisões tomadas pelas diretorias dos campi em relação às suas
112 respectivas necessidades. Os pronunciamentos seguintes também foram ora de dúvida
113 em relação à efetividade daquele documento e no desejo de envolver na discussão do
114 orçamento maior parcela da comunidade acadêmica e externa e, também, no sentido
115 da mobilização, tendo sido mencionadas por representante discente as ações que
116 estavam sendo programadas país afora; e, ora de apoio aos(as) gestores(as) que
117 precisam fazer as melhores escolhas se responsabilizar por elas. Os pronunciamentos
118 dos(as) estudantes denotaram preocupações com alguns itens do documento, tais
119 como a regulamentação de trabalho a distância e a ordem das prioridades elencadas;
120 também, aproveitaram para solicitar participação de seus representantes nos Grupos
121 de Trabalho de Orçamento. E, diante do apelo da Presidente para que somente os(as)
122 conselheiros(as) fizessem uso da palavra, como rege o regulamento do colegiado,
123 os(as) representantes discentes solicitaram pausa de dez minutos para que pudessem
124 ouvir o posicionamento de seus pares que estavam presentes como convidados(as),
125 mas, sem direito a voz. A Presidente, então, **consultou os membros que, com 21**
126 **votos favoráveis, vinte contrários e seis abstenções, aprovaram a pausa**
127 **solicitada.** A conselheira Cecília declarou seu voto dizendo não ser contra a fala dos
128 convidados, mas, mediante solicitação antecipada e não como acabava de acontecer.
129 Após o intervalo, ao retomar os trabalhos, percebendo não haver consenso em relação
130 ao documento que estava sendo apresentado - apesar das várias reuniões
131 encaminhadas pela Pró-Reitoria de Administração com as diretorias das unidades
132 universitárias para se chegar a um conjunto coeso de orientações que deveriam servir
133 de instrumento para resguardar a universidade das adversidades - a Presidente
134 lembrou que: a grave situação orçamentária é inegável; há interesse em manter a
135 universidade funcionando e, para isso, decisões precisam ser tomadas; o Consu deve
136 respaldar as decisões tomadas pelos(as) gestores(as); e, as orientações apresentadas





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



137 demonstram ser possível elaborar plano de contingência. No entanto, avaliando que o
138 ambiente não se mostrava propício à votação, disse depreender apenas dois
139 encaminhamentos possíveis: a suspensão da reunião e sua pauta; ou, prosseguir
140 analisando as diretrizes a serem que orientarão as decisões gestão para o
141 encerramento do exercício, protegendo a universidade do desgaste extremo e os(as)
142 gestores(as) de incorrerem em inconformidades na administração pública. Para
143 ilustrar sua fala, citou exemplo de reitora de universidade federal que estava sendo
144 acusada de má gestão devido ao corte de energia em seu campus, decorrente da falta
145 de verba para pagamento da conta. A plenária se mostrou interessada na continuidade
146 da discussão e a Sra. Tania respondeu aos questionamentos apresentados antes do
147 intervalo. Ela disse não haver grau de prioridade entre os itens apontados pelos(as)
148 estudantes. Em relação à assistência estudantil, informou já ter sido empenhada
149 anteriormente de forma prioritária, portanto, estando garantida em 2019 e não
150 conflitando com as diretrizes. E, por fim, sobre o trabalho a distância, disse que a
151 legislação já permite a modalidade para os(as) servidores(as) técnicos(as)
152 administrativos(as) em educação (TAEs) e, por isso, a universidade já começa a
153 organizar o seu funcionamento. A Sra. Larissa complementou que o direito, a política e
154 a gestão pública são atos separados, mas relacionados entre si. Lembrou que,
155 conforme o Estatuto da Unifesp, o Consu delibera sobre o orçamento, acompanha e
156 fornece diretrizes sobre a execução orçamentária e, portanto, deve respaldar as
157 decisões da gestão que serão verificados pelo TCU. Explicou as responsabilidades
158 envolvidas nos atos do dia a dia dos(as) servidores(as), que poderão ser questionados a
159 qualquer tempo e, por isso, ressaltou a importância de se pensar em segurança
160 jurídica para toda a instituição. Então, seguiram-se as inscrições. As falas dos(as)
161 diretores(as) das várias unidades da instituição demonstraram preocupação tanto com
162 o aspecto jurídico-administrativo da questão, quanto com a mensagem política.
163 Todos(as) reconheceram a necessidade de as decisões serem construídas
164 coletivamente e quiseram entender como a execução técnica e política do orçamento
165 poderia deixar de ser dicotômica. Foram levantadas dúvidas sobre a pertinência do
166 detalhamento das diretrizes e seu impacto político. Então, o representante discente,
167 Sr. Clinton, pediu permissão à mesa para falar novamente e, com a palavra ele
168 demonstrou empatia pelas preocupações dos gestores com as implicações jurídicas de
169 seus atos, fazendo referência à Lei 4.320 de 17 de março de 1964, no seu Artigo 60,
170 que determina ser *“vedada a realização de despesas sem o prévio empenho”*, e já





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



171 citado pela Pró-Reitora de Administração no início de sua apresentação. Por outro
172 lado, também entendeu as consequências políticas da publicação de diretrizes para
173 contenção de despesas visando o enfrentamento da crise orçamentária. Ele destacou
174 que a Unifesp foi reconhecida como a primeira entre 184 autarquias federais no
175 quesito responsabilidade fiscal e gestão, provando que a instituição já é
176 suficientemente austera. Então, propôs que o documento seja construído de forma a
177 oferecer segurança jurídica para os gestores, sem cancelar medidas de austeridade
178 adicionais, deixando claro se tratar de diretrizes em face a situação agravada por
179 medidas exteriores. Para tanto, sugeriu que o documento seja intitulado “Comunicado
180 de calamidade financeira” e somente em seguida deve-se mencionar “diretrizes
181 orçamentárias”. Durante os pronunciamentos seguintes perdurou a discussão sobre os
182 aspectos políticos e administrativos da decisão a ser tomada. Os(as) estudantes
183 demonstraram interesse em reivindicar mais verbas por outras vias que não as que
184 vinham sendo utilizadas até então e outras medidas de apresentação da instituição
185 para a comunidade de modo a mobilizar a sociedade em favor da universidade. E,
186 reforçaram a solicitação de participação discente nos espaços de debates sobre o
187 orçamento. Sugeriram adiar a decisão e ampliar a discussão do documento. O Prof.
188 Pedro esclareceu que o termo “calamidade” sugerido por outro conselheiro não cabe
189 na situação atual, ainda que esta não tenha precedentes. E, concordando que o título
190 poderia indicar a dimensão política e técnica do documento, sugeriu a substituição por
191 “ estado de emergência”. Recomendou, ainda, maior ênfase na menção ao orçamento
192 contingenciado e nos prejuízos irreparáveis. Por fim, destacou que o Conselho de
193 Planejamento e Administração está à disposição para esclarecimentos e para reduzir o
194 detalhamento do documento, se assim ficar decidido. Para desfazer o risco de a
195 publicidade daquelas orientações ser entendida como assimilação da crise, foi
196 proposto que se faça publicidade sobre os danos já causados, os esforços para
197 mitigação dos prejuízos e as possíveis consequências. Encerradas as inscrições, a
198 Presidente agradeceu todas as manifestações dizendo que a discussão caminhava para
199 o consenso, ressaltando a importância de serem ouvidas todas as posições, todas as
200 dúvidas expressadas e as respostas que foram surgindo durante o debate. Assinalou o
201 importante papel do colegiado, das suas responsabilidades nas dimensões
202 administrativas, jurídicas e também políticas, ali enfatizadas dado o cenário adverso.
203 Esclareceu as dúvidas dos(as) estudantes relacionadas ao GT de Orçamento composto
204 por ocasião da publicação de decreto da Presidência da República no ano de 2015





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



205 versando sobre uma série de itens que não poderiam ser contratados sem orçamento
206 disponível, o que incluiu a determinação de as bancas serem realizadas à distância
207 para serem evitados os gastos com passagens. Respondendo, assim, a questionamento
208 de conselheiro apresentado no início da sessão. Por fim, declarou os dois
209 encaminhamentos depreendidos: • elaboração de documento de alerta do Consu -
210 manifesto em forma de “Comunicado de estado de emergência”, com preâmbulo
211 elaborado, elencando as precariedades a que a universidade está submetida, e apenas
212 os tópicos gerais das diretrizes citados. O detalhamento será colhido em nova rodada
213 de discussões pelas diretorias das unidades universitárias e posterior reconsideração
214 no Conselho de Planejamento e Administração (Coplad), sem votação por parte do
215 Consu. Ela resumiu que esse encaminhamento segue o que foi bem sugerido pelo
216 conselheiro, Sr. Clinton, e adaptado pelo Prof. Pedro. E, • ação de mobilização -
217 apontar para a sociedade, a mídia e os(as) parlamentares, a situação precária em que
218 a universidade vem funcionando. Sobre essa dimensão política, elogiou a participação
219 da conselheira Alice, representante discente, por suas propostas concretas e,
220 aproveitou para convidar a plenária para participar da caminhada em prol da ciência
221 que será realizada no Congresso Nacional no dia 02 de outubro. O Prof. Janes,
222 entendendo que o consenso não havia sido atingido, sugeriu outro encaminhamento,
223 propondo que o tema voltasse para ampla discussão nas Congregações. Preocupada
224 com a baixa representação discente, a conselheira, Sra. Alice, quis saber se - além do
225 manifesto comunicando os prejuízos já acumulados pela universidade - o detalhamento
226 das diretrizes seria discutido somente no Coplad, onde a única representante discente
227 não conseguia estar presente. O Prof. Pedro recomendou agendamento imediato de
228 sessões extraordinárias das Congregações, em tempo hábil para apresentarem seus
229 contextos específicos em sessão extraordinária do Coplad, que estava sendo agendada
230 para a terça-feira seguinte, dia 01 de novembro. Então, sugeriu que o comunicado de
231 emergência, tratando das despesas essenciais e obrigatórias, sobre as quais não cabia
232 qualquer discussão, fosse votado imediatamente, ficando as demais discussões e o
233 detalhamento das diretrizes para sessão aberta do Coplad, onde a representação
234 discente conta com nove assentos, mas, não os ocupa. Após essas rodadas, o
235 documento detalhado deve ser submetido ao Consu. Por fim, ele aproveitou para
236 informar que em breve haverá chamada para compor a frente que está sendo
237 construída no sentido de apresentar a proposta “Outro Futuro”. O Prof. Odair
238 perguntou sobre a possibilidade de reproduzir o Conselho Estratégico Universidade-





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



239 Sociedade (CEUS) nos campi de modo que as comunidades locais possam participar
240 das discussões da universidade, ao que a Presidente respondeu que os campi têm
241 autonomia para formar esses conselhos. Ela sublinhou que a presença dos(as)
242 estudantes nas reuniões com membros da comunidade externa é bastante solicitada,
243 no entanto, a participação discente tem sido muito baixa. Alguns(mas) conselheiros(as)
244 ainda externaram dúvidas e outros(as) se manifestaram favoráveis ao retorno da
245 discussão à instâncias anteriores, como as Congregações, para ampliar o debate. E,
246 ainda, houve aqueles que julgavam premente a emissão de comunicado de emergência
247 para respaldar as ações administrativas imediatas que garantem o funcionamento da
248 instituição. Os(as) estudantes reforçaram o pedido para participarem da revisão do
249 documento e posterior votação no Consu. O Prof. Leduíno cumprimentou a disposição
250 da Presidente em buscar o consenso e propôs a formação de GT para analisar o
251 documento e submissão ao Consu na reunião ordinária seguinte, a ser realizada em 09
252 de outubro. A Presidente informou que o documento ajustado, para refletir o que fora
253 suscitado durante a sessão, seria ali apresentado para o conhecimento da plenária.
254 Então, foi projetado o texto com as alterações destacadas. A Sra. Larissa fez a leitura
255 do documento, explicando as alterações procedidas de acordo com a evolução da
256 discussão durante a reunião. O Prof. Julio questionou se o documento projetado, uma
257 vez aprovado, ainda seria passível de sugestões, pois, ele vislumbrava a possibilidade
258 de acordo, uma vez que o consenso parecia mais difícil de ser alcançado. A Presidente
259 disse entender que o documento seria submetido à aprovação sem prejuízo de
260 pequenas alterações. Então, o conselheiro, Sr. Elson, resumiu que o seu entendimento
261 era de que o comunicado de alerta externo, constando os prejuízos já acumulados
262 estaria separado das diretrizes, sendo que estas estariam submetidas à proposta de
263 criação de GT. A Presidente concordou com esse entendimento e acatou a
264 possibilidade de emissão de dois comunicados. Os(as) estudantes ratificaram o pedido
265 de participação com voz na instância que discutirá o detalhamento dos critérios e
266 diretrizes, ao que a Presidente reconfirmou que a sessão do Coplad a ser realizada no
267 dia 01 de novembro será aberta e os(as) estudantes terão direito a fala. O Prof.
268 Leduíno também ratificou a sua proposta de criação de GT para debater as minúcias
269 das diretrizes. A Presidente pediu paciência e consideração à plenária que se agitava
270 e, então, encaminhou a votação da primeira proposta. **Em regime de votação, com**
271 **apenas uma abstenção, • foi aprovado o Comunicado endereçado à**
272 **comunidade acadêmica e à sociedade geral declarando estado de emergência**





273 **na Unifesp em razão das restrições orçamentárias.** Em seguida, a Presidente
274 encaminhou a segunda parte da votação consultando os membros sobre a preferência
275 entre as seguintes propostas: (1) Comunicado endereçado à comunidade acadêmica
276 estabelecendo critérios e diretrizes para execução das despesas essenciais e
277 obrigatórias por lei. E, as demais diretrizes a serem submetidas às Congregações, se
278 assim as diretorias desejarem e puderem fazer, ao Coplad e ao Consu, se necessário;
279 e, (2) Formação de Grupo de Trabalho para analisar e elaborar proposta para
280 encerramento do exercício 2019, a ser apresentada ao Consu na sessão ordinária do
281 dia 09 de outubro de 2019. Foram registrados 29 votos para a proposta (1) e onze
282 votos para a proposta (2). Assim, **foi aprovado o Comunicado à comunidade**
283 **Unifesp estabelecendo diretrizes e critérios para execução dos recursos**
284 **orçamentários referentes às despesas essenciais ao funcionamento das**
285 **estruturas da instituição e às despesas obrigatórias por lei, com vistas ao**
286 **término do exercício 2019.** E, ainda, **ficou estabelecido o encaminhamento da**
287 **lista das demais despesas (de garantia das atividades finalísticas e outras)**
288 **para análise e aprovação do Coplad em sessão extraordinária aberta a ser**
289 **realizada no dia 01 de outubro, as quais - caso o bloqueio orçamentário**
290 **perdure - serão posteriormente submetidas ao Consu.** E, ainda, a Presidente
291 sentenciou que o GT de Orçamento, formado pelos gestores que respondem pelas
292 contas da instituição, também se reunirá para apreciar o detalhamento que será
293 submetido ao Coplad. O Prof. Julio pediu que o item vigilância/portaria fosse ajustado
294 para o sentido mais amplo do termo “segurança”, conforme havia sido observado pela
295 Sra. Tania quando de sua apresentação no início da reunião. Por fim, a Presidente
296 lembrou que não foram feitas propostas de mobilização, como tinha sido aventado
297 durante a sessão. E, aproveitou para convidar o colegiado para participar, no dia
298 seguinte, 26 de setembro, às 15 horas, da sessão solene na Câmara Municipal de São
299 Paulo em homenagem aos 25 anos da Unifesp. Nada mais havendo a tratar, a
300 Presidente declarou encerrados os trabalhos e eu, Maristela Bencici Feldman, lavrei
301 esta ata.

302

Soraya Soubhi Smaili

303

Reitora

304

Presidente do Conselho Universitário

305

Maristela Bencici Feldman

306

Secretária do Conselho Universitário

